

PERFIL INTERNO DA POLÍTICA DE DEFESA MACRISTA E SEU IMPACTO EM TERMOS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL: MAIS CONTINUIDADES QUE MUDANÇAS

Emilse Eliana Calderón¹

Introdução

Nos últimos tempos, as mudanças ocorridas na América do Sul dão conta do progressivo e rápido declínio da guinada à esquerda e das ideias que lhe deram sustento. Na Argentina, a ascensão ao poder de Mauricio Macri é um exemplo convincente disso, particularmente no que diz respeito à dimensão estratégico-militar das relações internacionais através das modificações nas diretrizes do perfil externo da política de defesa.

A Argentina voltou a olhar para Washington para desenvolver este perfil externo, deixando para trás os discursos sobre autonomia que defendem a unidade sul-americana em questões de segurança internacional através do diálogo político como ferramenta fundamental. A dissolução do antigo eixo geopolítico sub-regional é funcional para a recomposição do vínculo com os EUA, fortalecendo a arquitetura hemisférica de segurança e defesa e o relançamento das relações com estados europeus e Israel.

No entanto, para pesar o impacto que em termos de inserção internacional pode implicar uma mudança estratégica no perfil externo da política de defesa, é necessário rever a sua dimensão doméstica ligada à gestão do setor. Isto, em virtude do entendimento de que a política de defesa é especificada na interface entre ambas as facetas, nacional e internacional (Dillon 1988 apud Diamint 2014: 31). Portanto, as chances de um impacto na inserção es-

¹ Professora de Política Internacional do curso de Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Políticas e Relações Internacionais - Universidade Nacional de Rosario (UNR). Bolsista de Pós-doutorado do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina. E-mail: milsecalderon@hotmail.com.

tão ligadas ao fato de que a mudança estratégica está ancorada em uma sólida condução política de assuntos de defesa que, no caso da Argentina, implica em responder ao problema crônico das capacidades das Forças Armadas e à necessidade de serem planejadas com base na determinação certa de seu papel.

Consequentemente, este artigo propõe revelar as diretrizes centrais da dimensão interna da política de defesa do governo Macri, com o objetivo de vislumbrar os efeitos em termos de inserção internacional no curto prazo. Para isso, ademais, a análise deve articular algumas reflexões sobre a gestão do setor de defesa durante o período Kirchner, a fim de indicar continuidades, ajustes e mudanças entre ambas as administrações.

As Forças Armadas no centro da cena

A configuração do perfil doméstico da política de defesa é indicada pelas diretrizes que orientam a gestão do setor em geral e, a este respeito, a orientação mais clara da administração de Macri é o reconhecimento explícito e público da importância da instituição militar e de seu papel, bem como o desejo por parte do governo de estabelecer um vínculo proveitoso.

Nesse sentido, a retórica política é contundente e tanto Macri como o Ministro da Defesa, Julio Martínez, enfatizam a necessidade de as Forças Armadas (FA) cuidarem das fronteiras, do espaço aéreo e da plataforma continental para desenvolver os eixos de trabalho propostos pelo governo (Ministerio de Defensa, Nffl217/16). Ademais, eles asseguram que as FA voltarão a ser consideradas como parte integrante do Estado e respeitadas pelo governo porque seu papel na democracia é muito importante, não só no plano estratégico, mas também no operacional (Ministerio de Defensa, Nffl184/16).

Da mesma forma, essa retórica política tem sua contrapartida no plano das ações com um conteúdo simbólico que repercute positivamente em uma parte da opinião pública e dá conta de tal reconhecimento. Assim, pode-se apontar a realização do desfile militar em 9 de Julho incluindo, como em outros eventos comemorativos, os veteranos das Malvinas; o comparecimento do presidente ao aniversário de seu regimento de escolta; o aumento salarial de até 40% para o pessoal das três Armas no âmbito de um processo de hierarquização e recuperação de salários; e a criação de uma linha de empréstimos hipotecários para o primeiro domicílio destinado aos membros das Forças.

Portanto, há um ajuste da política kirchnerista com respeito ao setor, consistindo na abertura de uma nova etapa no vínculo com as FA que, den-

tro da instituição militar, é percebida como uma oportunidade para expressar suas necessidades e, conseqüentemente, sendo bem recebida (Ministerio de Defensa, Nff165/16). Esta observação, cabe esclarecer, é feita considerando que a administração Kirchner tentou gerar interesse nos cidadãos em questões de defesa e dinamizar os vínculos com a comunidade acadêmica especializada (Calderón 2016). Esta política, definida pelo Executivo e articulada pelo Ministério da Defesa marcou uma mudança na abordagem do setor desde o retorno à democracia, dando-lhe maior visibilidade e conferindo um tratamento mais abrangente e específico, típico de uma política pública. E isso aconteceu dentro do marco da retórica oficial sobre o retorno do Estado e sua interferência nas questões de defesa nacional. No entanto, a administração Kirchner não concedeu um papel proeminente às Forças Armadas como instituição.

Como foi notado, então, o governo de Macri continua com essa linha de ação, ainda que a ajuste, no sentido de buscar um lugar de importância diretamente para a instituição militar como um instrumento operacional da defesa, em matéria de forma e com um significado simbólico, mas também de substância e com implicações para a gestão do setor. Portanto, neste caso, podemos apontar a existência de continuidade com ajuste e não de mudança.

Do mesmo modo, deve-se notar que esse ponto particular levanta dúvidas em alguns setores da sociedade em relação ao futuro da supremacia civil sobre as Forças Armadas e a condução política de defesa (Verbitsky 2016). Elas se originam e se acentuam com algumas designações que geraram questionamentos e com a emissão do decreto 721. Contudo, também é verdade que tais dúvidas devem ser analisadas pesando todos os fatores intervenientes na configuração do cenário atual das FA como instituição parte de um estado democrático.

Portanto, e para fechar este primeiro ponto, o desafio do governo Macri parece transitar entre garantir as conquistas ligadas à supremacia civil sobre as Forças e, ao mesmo tempo, gerando uma condução política da defesa. Esta deve ter como objetivo, em médio e longo prazo, a formação de quadros civis especializados, uma questão que tem sido apontada há muito tempo como uma das grandes dívidas da gestão do setor (Diamint 2012), sem subestimar a experiência das FA e o trabalho articulado com o Estado Maior Conjunto e os altos comandos das diferentes Armas.

A recuperação da capacidade operacional das Forças como um horizonte

Continuando com a configuração do perfil interno da política de defesa macrista, uma segunda linha desta política transita pela intenção de reconstruir as capacidades das FA para restaurar a operacionalidade através de aquisições e da produção da indústria de defesa nacional. Em virtude disso, são frequentes as declarações sobre o estado deteriorado das capacidades das Forças às quais se qualificam como precárias, desarmadas e com atraso tecnológico considerável em seus equipamentos (Ministerio de Defensa, Nffl9/16). Diante deste cenário, o governo garante o início de um caminho de respostas e que propostas já estão sendo avaliadas para efetuar aquisições em diferentes países, mas há de se considerar que um grande investimento de imediato é impossível devido a dificuldades orçamentárias a urgências sociais (De Vedia 2016).

Para além do compromisso político e da retórica oficial, no período inicial do governo de Macri se pode observar alguns indícios sobre a vontade de concretizar essa linha de política. Estes incluem: assistência à FIDAE; a avaliação da incorporação de aeronaves de médio porte para a Força Aérea e para as Companhias Aéreas do Estado e também de veículos blindados utilizados pelos Capacetes Azuis; e declarações relativas ao aproveitamento futuro da condição que a Argentina tem como aliado externo da OTAN para o reequipamento das Forças (De Vedia 2016).

Apesar disso, no caso de aquisições já materializadas ou próximas de serem concluídas, também se observam novidades, tais como: a compra de 20 helicópteros italianos AB 206 para a Aviação do Exército, 10 metralhadoras GAU-17 para a artilharia e cinco macas (Ministerio de Defensa, Nffl170/16); a comunicação do Departamento de Defesa norte-americano aprovando a venda de 24 aeronaves de treinamento T-6 Texan II (Szklarz 2016; La Nación 2016); a futura compra de balões de vigilância aérea israelenses Skystar (Szklarz 2016); a assinatura de um acordo pelo qual a Fabricaciones Militares fabricará pistolas Beretta 9mm para a Gendarmeria e a Prefeitura; e, além disso, o Exército através da Adidância Militar em Washington pediu uma cotação para efetuar uma compra direta de 27 canhões Carl Gustaf, dois radares de vigilância terrestre, diversas peças de reposição para a frota de aeronaves e outros equipamentos militares, 61 barcos infláveis do tipo Zodiac e duas lanches de reconhecimento (Porfilio 2016). Por último, cabe mencionar que foram comprados junto a Israel quatro lanchas rápidas e sistemas de controle de fronteira (La Nación 2017).

Em linhas gerais, a maioria desses materiais provavelmente estará orientada para o reforço das capacidades de vigilância e controle do território nacional de acordo com a prioridade da luta contra o tráfico de drogas, o terrorismo e o crime organizado, considerados ameaças transnacionais que afetam

a soberania dos estados. Não obstante, se analisarmos as compras projetadas pelo governo no âmbito do plano de recuperação plurianual da capacidade militar para 2017 (Obarrio 2016), podemos ver um esquema diversificado de aquisições que, à primeira vista, não respondem a um critério unívoco de planejamento das Forças.

Por outro lado, e como parte desta orientação política de defesa, além de aquisições, o governo Macri se concentra na produção da indústria de defesa nacional como um canal de entrada para a provisão e melhoria das capacidades das forças. Nesse sentido, pode-se indicar um ponto de contato em relação aos governos Kirchner e notar a continuidade da valorização da indústria de defesa. O mesmo implica em um caminho diferente daquele estabelecido na Lei de Reestruturação das Forças Armadas sobre o estímulo do interesse e da intervenção privada, retomando assim o papel do Estado e a concepção da defesa ligada ao desenvolvimento nacional. E isso, apesar do efeito distorcido dos atos de corrupção que, especificamente na área da defesa, tiveram sua manifestação mais preocupante em torno da situação das Fabricaciones Militares e a queixa criminal pela falta de munição em Fray Luis Beltrán, que confirma a existência de um canal paralelo de fabricação e venda (Ministerio de Defensa, Nffl71/ 16).

Em consonância com o que foi indicado, em termos gerais, pode-se observar que, nos últimos anos, alguns progressos estratégicos foram feitos no país, vinculando a defesa ao desenvolvimento tecnológico. Assim, INVAP (Pesquisas Aplicadas Sociedade do Estado) projetou e produziu os radares tridimensionais de longo alcance e radares secundários monopulso; o CINAR (Complexo Industrial Naval Argentino) e o FAdA (Fábrica Argentina de Aviones Brigadeiro San Martin) foram estabelecidos como polos produtivos e a AR-SAT (Empresa Argentina de Soluções em Satélites) completou o lançamento do SAC-D “Aquarius” e AR-SAT e o Projeto do Lançador de Satélites Tronador II. Pode-se fazer alusão às várias apresentações feitas pelo governo de Macri referentes às conquistas feitas pela indústria de defesa, em projetos gestados e desenvolvidos pelo governo anterior. Esta circunstância é explicitamente reconhecida pelo Ministério da Defesa, indicando, além disso, as deficiências e os problemas herdados no sentido de que, embora haja muito trabalho concluído, ainda há mais a ser feito, sendo encontrados em muitos projetos que começaram, mas não tiveram progresso e outros que avançaram em alguma medida, mas com muitas dificuldades.

Desta forma, embora o governo procure reduzir o tom grandioso ao que foi apresentado como a recuperação do complexo industrial da defesa desde o kirchnerismo, também é verdade que não diminui o processo iniciado além de sua insipiência e complicações. É relevante destacar que se

mantém como premissa válida o vínculo entre a indústria de defesa e o desenvolvimento nacional, destacando o papel social desempenhado pelas bases nos povoados onde estão inseridas, no movimento econômico da região e na geração de mão de obra especializada. E também as declarações sobre o impacto positivo que isso pode ter diante do vínculo comercial da Argentina com o mundo, refletido, por exemplo, nas manifestações das autoridades da Espanha e da China ao visitarem o CINAR, quanto ao interesse em trabalhar em conjunto neste espaço específico (Ministerio de Defensa, N° 17/16).

Frente a esta situação, para promover esta segunda diretriz da política de defesa como parte de uma política que pode ser sustentada ao longo do tempo, é importante ter uma análise equilibrada do cenário atual. Nesse sentido, devemos considerar o ponto de partida da destruição quase total da indústria nacional e as realizações e propostas da administração anterior com suas deficiências e fraquezas. Além disso, o fato de que a brecha a cobrir sobre as capacidades é extremamente ampla para as FA, mesmo se tomarmos como referência outros Estados da sub-região e, mais ainda, o futuro da indústria de defesa e dos desenvolvimentos tecnológicos ao nível das potências médias e grandes. E por causa deste último aspecto, devemos também levar em consideração a necessidade de envolver um nível de gasto público muito superior ao existente.

Em relação ao orçamento militar em particular, lembramos a crítica aos governos Kirchner, que contrastou a pro-atividade formal político-institucional que caracterizou sua gestão no setor e a inadequação dos gastos de defesa (Battaleme 2014; Corbacho 2009; Escude 2014; Ugarte 2012). Essa adequação é essencial, considerando que as capacidades das FA atravessam uma situação de extrema fragilidade que, há alguns anos, compromete seriamente seu desempenho como um instrumento de força capaz de ser usado. Desta forma, tal pro-atividade formal político-institucional combinada com um orçamento amplamente deficitário, que apenas mantém as capacidades e recursos mínimos da instituição militar, resulta na gestão do setor carente de conteúdo tangível. Nesse sentido, é importante dizer que as intenções de modernizar as Forças como foram propostas desde o final dos anos noventa estão muito atrasadas. De acordo com isso, se o governo Macri pretende administrar a área como uma política pública e reconhecer o papel estratégico e operacional das FA, ele deve encontrar uma maneira de materializar essa vontade política em um contexto econômico complexo.

Finalmente, com respeito tanto às aquisições como à produção da indústria nacional, é imprescindível direcioná-las em função de um planejamento concreto das capacidades necessárias. E neste ponto, será necessário observar se o governo retoma o PLANCAMIL 2011, elabora outro plano ou

decide fazer aquisições individuais para atender as necessidades das Forças que se apresentam como estruturais e exigem um plano sistemático ajustado para transformar a instituição em um instrumento capaz de ser operado para as tarefas que lhe são confiadas. No que diz respeito a este último, não devemos perder de vista que a principal missão das Forças Armadas é a defesa nacional, que foi distorcida porque a deterioração das capacidades transformou as Forças em um instrumento praticamente impossível de ser empregado, o exemplo mais ilustrativo desta situação é a retirada dos Mirage III C e V sem uma substituição efetiva. Também sob a preponderância de tarefas secundárias da instituição militar, se desenvolveu uma situação que foi reforçada durante os governos kirchneristas e que parece continuar sem grandes alterações durante o primeiro ano de governo macrista. Isto ocorre apesar de o Executivo se afastar retoricamente de subestimar a necessidade de ter as Forças Armadas preparadas para a Defesa.

O fortalecimento das tarefas secundárias da instituição militar

Voltando ao que foi dito na seção anterior, podemos apontar como terceira linha de política de defesa da gestão macrista a priorização do desenvolvimento efetivo das tarefas secundárias das FA. Nesse sentido, o governo de Macri fortemente indicou que a ação militar é fundamental para o combate ao tráfico de drogas através da proteção das fronteiras, além de assistência em situações de emergência e desastre nacional e internacional e para manter a presença do país em missões de paz da ONU. Ou seja, três das quatro tarefas complementares que atualmente são governadas por lei para as Forças Armadas.

Neste primeiro ano de gestão, foram realizadas múltiplas ações ligadas à participação das Forças Armadas em operações de apoio para a comunidade nacional ou países parceiros. Desta forma, as tarefas relacionadas à ajuda foram realizadas em situações de emergência relacionadas ao apoio logístico, à transferência de pessoas, alimentos e veículos, suporte alimentar e medicinal e tarefas informativas, na esfera nacional (campanha contra a dengue, zika e chikungunya em Buenos Aires, Misiones e Corrientes, e contra a hepatite B em Comodoro Rivadavia, operações contra as enchentes em Santa Fé, Corrientes e Entre Ríos, avalanches em Mendoza e incêndios em Chubut, e a reparação de uma escola a 3000 metros altura em Jujuy), como internacional (terremoto no Equador).

Também se destaca a promoção da participação das Forças no âmbito das operações multilaterais da ONU. Nesse sentido, foi reconhecida a relevân-

cia das operações de paz no Haiti e no Chipre como instrumentos que colaboraram com a política externa do país (Ministerio de Defensa, Nffl176/16), enquanto que, em face do processo de paz na Colômbia, realizaram-se várias reuniões e declarações que indicam a direção tomada pelo governo nacional para aumentar a participação da Argentina através de suas FA (Ministerio de Defensa, Nffl 217/16). E aqui também devemos ter em mente que este é um processo amplamente apoiado pela comunidade internacional e pelos EUA em particular e que uma participação efetiva da Argentina em um cenário tão complexo como o colombiano pode ser benéfico e contribuir para nos posicionarmos melhor a partir da sub-região nesses assuntos.

No entanto, no que diz respeito à questão das operações de paz, não devemos perder de vista o fato de que estão atualmente modificando sua natureza, perdendo o princípio da neutralidade para se tornarem missões de estabilização em ambientes urbanos, intervindo favoravelmente para um determinado setor nacional. E neste contexto, será necessário observar até que ponto o governo Macri se compromete a incrementar a participação das FA em missões onde deixam de ser neutras. Se houver um aumento na participação nestas condições, poderíamos falar de uma continuidade com ajuste em relação à administração anterior.

Continuando com o desenvolvimento das tarefas complementares das Forças, também pode-se observar a continuidade do envolvimento na luta contra o narcotráfico no marco de participação das Forças nas operações de segurança interna previstas pela Lei de Segurança Interna. Porém, essa continuidade ocorre com alguns ajustes que fecham uma espécie de compasso de espera aberto em 2011 com a implementação do Decreto 1091, que criou o Plano Escudo Norte e Fortín II e que foi aprofundado com as mudanças implementadas a partir de 2013. E isso porque, embora essa implantação legalmente não implicasse a anulação da diferença entre segurança e defesa, iniciou o compasso de espera acima mencionado com base em diferentes dúvidas geradas pela configuração de cenários sensíveis com um alto potencial para distorcer essa diferenciação. E isso é reforçado pelo fato de que não se tinha como contrapartida um esquema de uso razoável da infraestrutura de “radarização” disponível (Informe Calibar 2016).

A chegada do novo governo e a emissão do Decreto 228, que declarou a Emergência de Segurança Pública enfatizando o cuidado da fronteira através de um trabalho conjunto e articulado dos ministérios da Defesa e Segurança (Ministerio de Defensa, Nffl148/16), estaria fechando esse compasso de espera em relação à participação das Forças na luta contra o narcotráfico, confirmando-a de forma contundente. Nesse sentido, a Operação Fronteiras propõe completar a ‘radarização’ para 100% do espaço aéreo, durante 24 ho-

ras por dia, e é complementado pelo uso das Regras de Proteção Aeroespacial. Isto se soma à inauguração de obras de modernização no Centro de Controle de Área em Resistência, ao emprego de aeronaves Tucano da Força Aérea e a investimentos para modernizar e instalar novos radares e a aquisição de mais equipamentos (Ministerio de Defensa, Nff161/16).

No entanto, uma tentativa pode ser feita para preservar a diferença entre segurança e defesa ao desativar as patrulhas conjuntas das Forças, Gendarmeria e Prefeitura e o emprego de grandes efetivos de militares em campo. Assim, também realizando operações conjuntas amparadas pelo artigo 30 da Lei de Defesa que permite declarar como zona militar as áreas que devem ser submetidas à custódia e proteção militar, e ao Artigo 27 da Lei de Segurança Interna que concede ao Ministério o apoio das FA nas operações de segurança através da utilização de seus serviços de arsenais, intendência, saúde, veterinária, construções e transporte.

Por outro lado, a base da priorização desta tarefa secundária em particular parece ser encontrada não apenas nas necessidades decorrentes da realidade nacional, mas também nos requisitos norte-americanos, bem como na decisão do governo em atendê-los. E isso indicaria um ajuste em relação à administração Kirchner se recordarmos que Néstor moderou e Cristina congelou, embora sem cortar, a colaboração com os EUA na luta contra o narcotráfico. Desta forma, com Macri, esta questão voltou ao primeiro lugar da agenda e os programas de cooperação e troca de informações foram restabelecidos, incluídos como parte dos acordos assinados durante a visita de Obama.

Porém, essa vontade de fortalecer os laços com os EUA para abordar o problema do tráfico de drogas deve ser posta em perspectiva porque o governo mostrou interesse em cooperar também com outros países e, nesse sentido, por exemplo, houve um acordo para trocar informação sensível com Israel, e está sendo negociada com a Espanha a aquisição de material tecnológico e acordos de cooperação para a assistência das forças de segurança em sistemas informáticos; e algo similar está sendo desenvolvido com o Brasil. Ademais, a faceta internacional do Plano Argentina sem Narcotráfico também evidencia a vocação de fazer acordos de cooperação técnica e operacional com outros Estados (Dinatale 2016).

Finalmente, há uma quarta e última tarefa secundária que foi criada em 2006 e que consagra a participação das Forças na construção de um Sistema de Defesa Sub-regional. Sobre este ponto, o governo Macri deu sinais fortes de uma mudança de política em relação ao governo anterior cujo modelo de política de defesa teve uma dimensão internacional cooperativa a concretizar através de uma lógica de círculos concêntricos que indicassem a prioridade da América do Sul como área de ação externa. E apesar de uma perspectiva

formal de formulação de políticas, ainda não existe um documento público que marque uma mudança precisa em relação às definições centrais da política internacional do setor de defesa, a retórica oficial e alguns gestos e ações específicas nos permitem supor que uma das premissas fundamentais seja a priorização da esfera global sobre o regional e o sub-regional. Nesse sentido, Martínez afirmou que estão sendo vividos novos tempos que exigem que nos abramos ao mundo e que tenhamos relações concretas com avanços reais que nos permitam prosseguir nas relações adultas com todos os países (Ministério de Defesa, Nffl41/16 e 120/16).

Algumas reflexões preliminares sobre o primeiro ano da gestão Macri

A partir do levantamento realizado em três das diretrizes centrais da dimensão interna da política de defesa articulada durante o primeiro ano do governo de Macri, observou-se que, no que diz respeito à gestão do Kirchnerismo, a continuidade predomina, embora com diferentes ajustes. Nesse sentido, circunscrevendo a análise à segunda e à terceira diretriz de gestão, ainda não está clara a direção que será dada às aquisições militares e à produção da indústria de defesa nacional, que, por sua vez, está vinculada à preponderância ou não de tarefas secundárias sobre a missão de defesa nacional. Consequentemente, recuperando a premissa de que um impacto na inserção é alcançado com a condução política de defesa que responda às dívidas crônicas do setor, ainda é muito cedo para avaliar se a mudança estratégica que ocorreu na face externa da política de defesa com a chegada do macrismo pode ter um impacto substancial na “maneira de estar no mundo” da Argentina (Paradiso 2007).

Neste contexto, a chave para a análise é acompanhar de perto a forma como a recomposição das capacidades das Forças Armadas é gerenciada, e isso por dois motivos. Em primeiro lugar, porque, enquanto essa recomposição não ocorrer, as mudanças internacionais que podem ocorrer dificilmente produzirão um impacto significativo. Em consonância com isso, e desde uma perspectiva realista, dificilmente outros Estados se interessarão pela inserção internacional da Argentina se ela não puder gerar consequências concretas para eles, independentemente de seu teor. E isso se aplica tanto a possíveis parceiros extra-regionais como sub-regionais, porque não pode ser ignorado que a lacuna a ser preenchida em termos de capacidades é extremamente ampla, mesmo em relação aos estados sul-americanos.

Em segundo lugar, a recomposição das capacidades das Forças é um

indicador central porque, dependendo das decisões tomadas sobre aquisições militares e a direção da produção industrial nacional, pode ser estimado, além da retórica política, se a vontade do Executivo é priorizar a missão principal das Forças Armadas em detrimento das tarefas secundárias, ou se o contrário for feito, ou se forem exploradas alternativas que permitam a instituição recuar condições em ambos os sentidos de forma razoável.

A este respeito e considerando o que foi gerenciado no primeiro ano do governo macrista, particularmente relativo às aquisições projetadas para serem efetivadas no curto prazo e as que estão sendo analisadas, como já se antecipou, parece que se dá prioridade ao reforço das capacidades de vigilância e controle do território nacional, de acordo com a relevância da luta contra o tráfico de drogas. Uma decisão neste sentido poderia ser acompanhada e contida por um planejamento militar mais amplo com uma projeção futura que coloca esses recursos em sintonia com as necessidades da defesa nacional, levando em consideração a complexidade da situação econômica do país. Tal decisão, consequentemente, resultaria na recuperação de capacidades militares materiais para implementar uma estratégia operacional focada em negar o acesso ao território e ao espaço aéreo nacional, como alguns especialistas propõem (Battaleme 2016). Além disso, um plantel como este estaria congruente com a premissa do governo sobre como as ameaças transnacionais afetam a soberania nacional e por que é necessário que as FA se involucrem em um combate nas zonas de fronteira com o modelo de defesa defensivo instaurado pelo kirchnerismo. Isto também implicaria em estreitar laços de cooperação com os países vizinhos para o controle e vigilância das fronteiras comuns, gerando mecanismos que otimizem o uso de recursos e melhorem a concretização destas tarefas. E isto, finalmente, resultaria em uma melhoria concreta em termos de inserção internacional para a Argentina no que diz respeito à área sub-regional, mas também com o resto do mundo através da projeção de uma imagem positiva ligada ao compromisso do Estado na luta contra as ameaças não tradicionais e a seriedade conferida à proteção da soberania nacional.

REFERÊNCIAS

- Argentina. Ministerio de Defensa. Nº 9/16: *El Ministro Martínez se reunió con el embajador argentino en China*. Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=22>. Acesso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. Nº 41/16: *El ministro Martínez recibió a*

- su par de Bulgaria con quien potenció las relaciones bilaterales.* Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=64>. Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 71/16: *El ministro Martínez denunció penalmente el faltante de municiones en la Fábrica Militar Fray Luis Beltrán.* Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=98>. Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 120/16: *El ministro Martínez se reunió con la subsecretaria de los Estados Unidos Rose Gottemoeller.* Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=139>. Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 148/16: *Los ministros Martínez y Bullrich coordinan acciones conjuntas para combatir el narcotráfico.* Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=167>. Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 161/16: *Ministro Martínez inauguró el Centro de Control de Área Resistencia tras su modernización para cooperar en la lucha contra el narcotráfico.* Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=180>. Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 165/16: *Martínez, Marcos Peña y Srur participaron del acto por el Día de la Armada Argentina.* Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=184>. Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 170/16: *El Ministerio de Defensa compró veinte helicópteros italianos.* Buenos Aires, 2016. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=190> Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 176/16: *El presidente Macri, junto al ministro Martínez y el general de división Suñer, encabezó el acto por el Día del Ejército.* Buenos Aires, 2016. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=196> Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 177/16: *Ministro Martínez entregó a la Armada Argentina una lancha reparada y modernizada en el astillero Tandano.* Buenos Aires, 2016. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=197> Acceso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. N° 184/16: *El ministro de Defensa y el jefe de*

- Gabinete anunciaron aumentos en la escala salarial de las Fuerzas Armadas*. Buenos Aires, 2016. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=204> Acesso em 08 de setembro de 2016.
- Argentina. Ministerio de Defensa. Nº 217/16: *El presidente Macri encabezó la cena de camaradería de las Fuerzas Armadas*. Buenos Aires, 2016. <http://www.mindef.gov.ar/plantillaNoticia.php?notId=237> Acesso em 08 de setembro de 2016.
- Battaleme, Juan. 2014. “¿Necesita Argentina una política de Defensa?” *Consejo Argentino para Relaciones Internacionales*. Trabalho apresentado para a Reunião de Trabalho sobre Inserção da Argentina no Mundo, Buenos Aires.
- Battaleme, Juan. 2016. “La defensa que necesitamos.” *Revista DEF*. Buenos Aires. <http://www.defonline.com.ar/?p=38983>. Acesso em 12 de setembro de 2016.
- Calderón, Emilse. 2016. “La conducción política de la Defensa en Argentina durante el kirchnerismo y su incidencia en la inserción internacional: miscelánea de dudas razonables y certezas inconclusas.” *Revista Relaciones Internacionales*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 50, edición especial.
- Corbacho, Alejandro. 2009. “Defensa Nacional: los riesgos del desarme psicológico en las Fuerzas Armadas.” *Revista UCEMA*. Buenos Aires.
- De Vedia, Mariano. 2016. “El Gobierno retoma el intercambio militar con Estados Unidos.” *Diario La Nación*. 15 de maio de 2016. <http://www.lanacion.com.ar/1898877elgobiernoretomaelintercambiomilitarcon-estadosunidos4/4>. Acesso em 10 de outubro de 2016.
- Diamint, Ruth. 2009. “La institucionalidad democrática de la Defensa.” *Atlas Comparativo de la Defensa En América Latina y Caribe*, RESDAL. Buenos Aires.
- Diamint, Ruth. 2014. *Sin Gloria: la política de Defensa en la Argentina democrática*. Buenos Aires: Eudeba.
- Dinatale, Martín. “Macri busca apoyo externo y de las FFAA para combatir el narcotráfico.” *Diario La Nación (Buenos Aires)*. 8 de agosto de 2016. <http://www.lanacion.com.ar/1925857macribuscaapoyoexternoydelasffaaparacombatirelnarcotrafico>. Acesso em 14 de setembro de 2016.
- “El gobierno le compro a Israel cuatro lanchas y sistemas para el control de fronteras por US\$ 84 millones.” *Diario La Nación*. 02 de janeiro de 2017. <http://www.lanacion.com.ar/1972296-el-gobierno-le-compro-a-israel-cuatro-lanchas-y-sistemas-para-el-control-de-fronteras-por>

- us-84-millones. Acesso em 02 de janeiro de 2017.
- “El narcotráfico encuentra nuevas rutas de paso a través de Argentina.” *Diario La Nación*. 07 de setembro de 2016. <http://www.lanacion.com.ar/1935330elnarcotraficoencuentranuevasrutasdepasoatraves-deargentina>. Acesso em 20 de outubro de 2016.
- Escude, Carlos. 2014. “El protectorado argentino y su indefinición actual: un análisis desde el realismo periférico.” *Ponencia para el Congreso de FLACSO/ISA*, Buenos Aires.
- Informe Calíbar. 2016. “Seguridad y lucha contra el narcotráfico: la agenda pendiente de Mauricio Macri.” *Diario INFOBAE*. 31 de agosto de 2016. <http://www.infobae.com/politica/2016/07/18/seguridadyluchacontraelnarcotraficolaagendapendientedemaucricmacri/>. Acesso em 15 de outubro de 2016.
- Obarrio, Mariano. 2016. “Lanzan un ambicioso plan para reequipar a las Fuerzas Armadas.” *Diario La Nación (Buenos Aires)*. 12 de novembro de 2016. <http://www.lanacion.com.ar/1955600-lanzan-un-ambicioso-plan-para-reequipar-a-las-fuerzas-armadas>. Acesso em 11 de novembro de 2016.
- Paradiso, José. 2007. “Ideas, ideologías y política exterior en Argentina.” *Revista Diplomacia, Estrategia y Política, Proyecto Raúl Prebisch*, 5. Brasília. <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/revistas-dep>. Acesso em 16 de julho de 2016.
- Porfilio, Gabriel. 2016. “Argentina adquiere cañones sin retroceso Carl Gustaf y un radar de vigilancia terrestre.” *Infodefensa*. 31 de agosto de 2016. <http://www.infodefensa.com/latam/2016/08/31/noticiaargentinaadquierecanonesretrocesogustafradarvigilanciaterrestre.html>. Acesso em 09 de outubro de 2016.
- Porfilio, Gabriel. 2016. “El Ejército Argentino licita la compra de repuestos de aeronaves y otros equipos.” *Infodefensa*. 19 de agosto de 2016. <http://www.infodefensa.com/latam/2016/08/19/noticiaejercitoargentinolamaprecioscomprarepuestosaeronavesentreotros.html>. Acesso em 09 de outubro de 2016.
- Szklarz, Eduardo. “Argentina comprará a EE. UU. 24 aviones para el combate al narcotráfico.” *Dialogo Revista Militar Digital*. 03 de setembro de 2016. <https://dialogo-americas.com/es/articles/argentina-set-buy-24-us-planes-combat-drug-trafficking>. Acesso em 15 de outubro de 2016.
- Ugarte, Juan Manuel. 2012. “La política de Defensa argentina actual: del fortalecimiento normativo institucional a la construcción de una capaci-

dad de Defensa eficaz en el marco de la cooperación regional.” *Ponencia para la VII Jornadas de Sociología*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata.

Vervisky, Horacio. 2016. “La transparencia del sigilo.” *Diario Página 12*. 27 de março de 2016. <http://www.pagina12.com.ar/diario/el-pais/1-295548-2016-03-27.html> Acesso em 14 de abril de 2016.

RESUMO

Com base nas modificações para o perfil exterior da Política de Defesa da Argentina ocorridas com a ascensão de Mauricio Macri, este artigo releva as premissas centrais da dimensão interna de tal política, com vista a vislumbrar os efeitos em termos de integração internacional no curto prazo.

PALAVRAS-CHAVE

Defesa; Macri; Inserção Internacional.

Recebido em 09 de janeiro de 2017.

Aprovado em 22 de janeiro de 2018.

Traduzido por Erik Herejk Ribeiro